



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 4676

**Presidente da Mesa Diretora:** Ivan José Lopes

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Impostos, multas e taxas

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 06/02/1997

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 06/97. Dispõe sobre a concessão de redução e parcelamento dos créditos tributários do município de Montes Claros, anteriores ao exercício fiscal de 1997, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 2.455, de 14/02/1997).

**Controle Interno – Caixa:** 13

**Posição:** 23

**Número de folhas:** 08

---

Espécie: PR  
Categoria: Impostos e taxas  
Cl: 13  
Ordem: 23  
nº fls: 06



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROTOCOLO DE ORIGEM  Nº _____  DATA ____/____/____	ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA:
	ASSESSOR:
	PROJETO:
	NÚMERO:

PROJETO DE LEI Nº 06/97

AUTOR: Prefeito Municipal

### ASSUNTO:

Concedendo redução e parcelamento dos créditos tributários.

### MOVIMENTO

1 Recebido em 06.02.97

2 À Com. de Leg. e Justiça em 06.02.97

3

4

5

6

7

8

9

10

# **PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG**

*Administração Todos por Montes Claros*

## **PROJETO DE LEI Nº**

### ***DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REDUÇÃO E PARCELAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO***

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder redução dos créditos tributários em atraso, anteriores ao exercício fiscal de 1997, acrescidos de seus acessorios legais, inclusive os inscritos na dívida ativa ou ajuizados, de 50%(Cinquenta por cento) para pagamento de uma só vez e 40%(Quarenta por cento) para pagamento parcelado nos termos do artigo 2º desta lei.

**Art. 2º** - O parcelamento do crédito tributário poderá ser feito a partir do início da vigência desta lei e até o dia 31 de dezembro do ano em curso, em parcelas mensais, iguais e sucessivas, cujo número se definirá pela data em que o contribuinte firmar o acordo com a Fazenda Pública Municipal.

**§. 1º** - O parcelamento de que trata este artigo se consubstancia com a assinatura pelo contribuinte do termo de confissão de dívida e requerimento de parcelamento acompanhado do comprovante do pagamento da 1º parcela.

**§ 2º** - A liquidação do parcelamento do crédito tributário deverá ocorrer, obrigatoriamente, dentro do ano de 1997.

**§ 3º** - O inadimplemento superior a trinta(30) dias no pagamento de qualquer das parcelas estabelecidas no termo de acordo celebrado com a Fazenda Pública, implicará no vencimento antecipado das demais e sujeitará o contribuinte a perder o direito à redução prevista no artigo 1º desta lei.

**Art. 3º** - No pagamento do crédito tributário em execução judicial, deverá o contribuinte arcar com as custas processuais e honorários de seu patrono.

**Art. 4º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Montes Claros, 30 de janeiro de 1997



**Jairo Ataíde Vieira**  
Prefeito de Montes Claros

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
A COMISSÃO DE Legislação  
e Política  
EM 10 DE junho DE 1927  
Set  
PRESIDENTE

Projeto legal e constitucional.  
Carer gerencial.

A Silveira  
Idem main

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
APROVADO EM UNICA DISCUSSÃO POR  
EM 13 DE setembro DE 1927  
Set  
PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
À SANÇÃO  
EM 13 DE setembro DE 1927  
Set  
PRESIDENTE

# PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Administração Todos por Montes Claros



## MENSAGEM Nº 01 DE 1997

Senhor Presidente:

**O Prefeito de Montes Claros**, consciente que é função primordial da Administração Pública assegurar o bem-estar social, através da prestação dos serviços públicos indispensáveis, bem como de que estes são custeados pelos recursos obtidos com a arrecadação dos tributos municipais, e considerando a falta de regularidade no cumprimento das obrigações fiscais pelos seus munícipes, ocasionada, entre outros fatores, pelas dificuldades financeiras e econômicas que assolam o país, encaminha para a apreciação da Egrégia Câmara Municipal de Montes Claros o incluso **Projeto de Lei**, relativo à **Redução e Parcelamento do Crédito Tributário** em atraso.


A atual Administração acredita firmemente que ao Município não interessa avolumar Créditos Fiscais, mas sim, obter os recursos necessários à consecução de seus objetivos institucionais, motivo pelo qual pretende, por meio do mencionado Projeto de Lei, criar os mecanismos capazes de propiciar aos contribuintes municipais condições de liquidar suas obrigações para com a Fazenda Pública, minimizando assim a grande inadimplência atualmente existente.

Trata-se de medida de cunho eminentemente social, que visa alcançar os contribuintes de maneira global e igualitária.

Essa medida abrange os exercícios anteriores ao ano fiscal de 1997, incidindo sobre débitos de qualquer natureza, inclusive os inscritos na dívida ativa, ajuizados ou não, acrescidos de seus acessórios legais.

Além da redução, pretende-se ainda o parcelamento dos créditos tributários, a partir do início da vigência da Lei até o dia 31 de dezembro do ano em curso, em prestações mensais, iguais e sucessivas; cujo número levará em conta a época do acordo a ser firmado entre o contribuinte e a Fazenda Pública do Município.

Objetivando uma solução rápida, capaz de equacionar o crédito tributário em atraso, solicitamos que este projeto tramite em regime



# **PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG**

*Administração Todos por Montes Claros*

de **URGÊNCIA** nessa respeitada Casa.

Isto posto, acreditamos que os membros dessa Edilidade irão compreender o espírito coletivo e o cunho social que transparecem neste ato do Executivo Municipal, pelo que empenhamo -nos na aprovação do Projeto de Lei incluso.

Atencionsamente,

Montes Claros, 30 de janeiro de 1997

  
**Jairo Ataíde Vieira**  
Prefeito de Montes Claros

Exmo. Sr.  
**Dr. Ivan José Lopes**  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
Montes Claros - MG

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
Estado de Minas Gerais

Ofício nº : 007/97  
Assunto : Encaminha Parecer  
Serviço : Assessoria Jurídica Legislativa  
Data : 17/01/97

**Senhor Presidente,**

Em atendimento à solicitação desta Presidência, estamos devolvendo à V. Exa., com o respectivo parecer desta Assessoria Jurídica, o **Projeto de Lei nº \_\_\_\_/97**, de autoria do **Prefeito Municipal, Jairo Ataíde Vieira**, que **“Dispõe sobre a concessão de redução e parcelamento do Crédito Tributário”**.

Nesta oportunidade, aproveitamos do ensejo para renovar-lhe votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**Manoel Rodrigues da Silveira**  
**Assessor Jurídico**  
*Manoel R. Silveira*  
Assessor Jurídico Legislativo  
Montes Claros - MG

**Exmo. Sr.**  
**Dr. Ivan José Lopes**  
**DD. Presidente da Câmara Municipal**  
**NESTA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
**Estado de Minas Gerais**

**Parecer**  
**Assessoria Jurídica Legislativa**

**Projeto de Lei nº \_\_\_\_/97**

***Relatório***

De autoria do **Prefeito Municipal, Jairo Ataíde Vieira**, o Projeto de Lei Nº \_\_\_\_ em tela **“Dispõe sobre a concessão de redução e parcelamento do Crédito Tributário”**.

Enviada a proposição a esta Assessoria, para ser apreciada quanto à constitucionalidade, passamos a emitir o seguinte parecer:

***Fundamentação***

A Lei Orgânica Municipal, em seu Capítulo V da Seção I, artigos 136 a 145, dispõe sobre a **Administração Tributária e Financeira do Município**. O art. 136 define quais são os tributos municipais (impostos, taxas e contribuições de melhoria); e o art. 137 determina a competência do município para instituí-los.

Já os artigos 138 e 139, disciplinam os casos em que o Município pode conceder isenção, determinando no art. 139 o seguinte:

**“art. 139 - Além dos casos previstos no artigo anterior, o Município poderá conceder isenção de tributos ou qualquer outro benefício fiscal, mediante prévia autorização legislativa”.** (Os grifos são nossos)

### **Conclusão**

Diante do exposto, chega-se à conclusão que o Projeto de Lei Nº \_\_\_\_\_, de autoria do Prefeito Municipal, foi elaborado de conformidade com as disposições legais e constitucionais, dependendo, apenas, de prévia autorização legislativa, para sua aprovação ou rejeição.

E este, data venia, é o nosso parecer.

**Assessoria Jurídica Legislativa, 17 de fevereiro de 1997**

  
**Manoel Rodrigues da Silveira**

**Assessor Jurídico**

*Manoel R. Silveira*

Assessor Jurídico Legislativo

Montes Claros - MG

